

# Inflação: conceitos, medição e sua evolução



Sandra Manso  
Msc  
Professora  
Adjunta  
Escola Superior de  
Gestão do IPCB  
sandramanso@  
ipcb.pt

Considerando que a inflação elevada traz consequências significativas para a sociedade, é importante que seja controlada e gerida de forma eficaz. De igual modo, é essencial haver uma medição da inflação, recorrendo a definições aceites e métodos comuns para produzir resultados comparáveis. A medida de inflação deverá assumir importância na tomada de decisões económicas e o índice escolhido deverá ser relevante, monitorizando ao longo do tempo as mudanças dos preços que as pessoas vivenciam no seu dia-a-dia.

O presente trabalho pretende analisar a inflação, um dos indicadores mais relevantes para a economia. Em primeiro lugar, de uma forma sucinta, descreve-se os conceitos básicos relacionados com inflação e sua medição. Em seguida, apresentam-se algumas estatísticas para Portugal e para a União Europeia. Por fim, discutem-se as causas, os efeitos e as formas de combater a inflação.

## 1. Conceitos

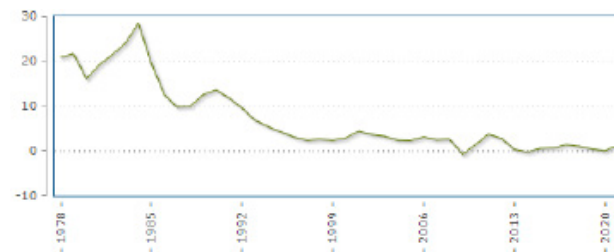
O nível de preços de uma economia refere-se a um número índice<sup>1</sup> obtido a partir do nível médio de preços dos bens e serviços da economia. A Inflação corresponde a um aumento do nível geral dos preços (Samuelson & Nordhaus, 2005).

A taxa de inflação é a variação percentual do nível geral de preços de um período para o outro, expressa por:

$$\text{Taxa de inflação (t)} = \frac{\text{nível de preços (t)} - \text{nível de preços (t-1)}}{\text{nível de preços (t-1)}} \times 100$$

A inflação consiste na subida sustentada e generalizada do nível geral dos preços, isto é, geral porque a variação nos preços afeta os diversos bens e serviços e não só uns ou outros em particular; sustentada porque o aumento dos preços resulta dum processo temporal. O oposto da inflação é a deflação que ocorre quando o nível médio dos preços diminui, ou seja, a taxa de inflação é “negativa” (Dornbush et al., 2009; Samuelson & Nordhaus, 2005). Quando se espera que os preços desçam, normalmente tende-se a adiar as compras de hoje para aproveitarmos os preços mais baixos do dia de amanhã. Se todas as pessoas procederem do mesmo modo, a economia estagna. Pelo que, as empresas não conseguem vender os seus bens e/ou serviços e, conseqüentemente, terão de despedir trabalhadores. Quando as pessoas perdem o seu emprego, gastam ainda menos. A desinflação é uma descida de preços relativamente ao período anterior, isto é, uma desaceleração do ritmo de crescimento dos preços, por exemplo, Portugal iniciou um processo de desinflação em meados da década de 80 que se estendeu até 1998 (Cunha & Braz, 2003), conforme assinalado na Figura 1.

**Figura 1.** Taxa de Inflação (Taxa de Variação do Índice de Preços no Consumidor)



**Fonte:** Pordata (Os valores apresentados têm como referência a Base 2012 do IPC)

Por fim, uma outra razão para a ocorrência de inflação é a sua própria inércia<sup>2</sup> provocada pelas expectativas dos agentes económicos, de facto, muitos preços futuros são fixados no presente tendo em conta as expectativas quanto ao futuro levando a que preços como os salários e os juros, entre outros, incorporem já a inflação futura esperada (Samuelson & Nordhaus, 2005; Sousa & Gomes, 2011). Por fim, a palavra Estagflação, referida por Dornbush et al. (2009: 121), é um termo cunhado para significar desemprego elevado (“estagnação”) e inflação alta. Este conceito, caracterizado por Keynes, teve origem nos anos 70, do século XX, durante a crise económica.

## 2. Medição - Índice de Preços e Deflatores

Os índices mais utilizados para quantificar a inflação são o Índice de Preços no Consumidor (IPC) e o Deflator do Produto Interno Bruto (PIB). Em seguida, descreve-se a medida de inflação com base no IPC e no deflator do PIB. O IPC é um índice que quantifica o custo de um determinado conjunto (cabaz) de bens e serviços numa economia, em diferentes momentos, composto por doze classes na estrutura da despesa. Este cabaz, que se considera representativo, é constituído

<sup>1</sup> Entende-se por Índice de preços: a média ponderada de preços de bens e serviços por referência a um dado ano base, sendo os ponderadores as quantidades transacionadas desses bens e serviços.

<sup>2</sup> Inflação de Inércia: Processo de inflação continuada que ocorre quando é esperado que a inflação persista à mesma taxa à qual se adaptam as expectativas das pessoas, até que um choque cause a sua subida ou descida (Samuelson & Nordhaus, 2005)

por diversos tipos de bens e serviços, sendo atribuído aos respetivos preços uma determinada ponderação de acordo com os hábitos de consumo da população.

A taxa de inflação é calculada através do IPC, como a taxa de variação do índice entre dois períodos. O IPC também é utilizado para deflacionar as séries temporais e transformar os valores a preços correntes em valores a preços constantes<sup>3</sup>.

O IPC para o ano (ou outro período) em análise (t) é calculado como  $IPC_t = CC_t/CC_0$  (índice Laspeyers). Onde  $CC_0 = \sum_{j=1}^n p_{j,0} \times C_{j,0}$  é o custo de um cabaz de n bens e serviços no ano base (0) e  $CC_t = \sum_{j=1}^n p_{j,t} \times C_{j,0}$  (é o ano base) é o custo do mesmo cabaz no ano (ou outro período) em análise (t).

Se  $IPC_t$  representar o índice de preços no período (t) e  $IPC_{t-1}$  representar o índice de preços no período (t-1), então taxa de inflação para o período (t) será  $(IPC(t) - IPC(t-1))/IPC(t-1) \times 100$ .

**Tabela 1.** Índice de preços no consumidor (base = 2012, anual)

| Ano  | IPC     | Taxa de Inflação |
|------|---------|------------------|
| 2019 | 103,840 | ---              |
| 2020 | 103,833 | 0,0%             |
| 2021 | 105,147 | 1,3%             |

**Fonte:** INE

Recorrendo aos valores fornecidos na Tabela 1, a taxa de inflação para 2021 será dada por:

$$= \frac{IPC_{2021} - IPC_{2020}}{IPC_{2020}} \times 100 = \frac{105,147 - 103,833}{103,833} \times 100 = 1,27 = 1,3\%$$

Em 2021, o IPC registou uma variação média anual de 1,3%, após no conjunto do ano 2020 se ter registado uma variação nula (INE,

2022a). Normalmente esta é a taxa que serve de base para estimar os aumentos salariais da função pública, os quais foram atualizados em 0,9%.

O deflator do PIB<sup>4</sup> corresponde à comparação de agregados de quantidades valorizados em momentos diferentes. O deflator do PIB, de forma simplificada, corresponde ao rácio entre PIB nominal e PIB real, expresso em forma de índice.

Deflator do  $PIB_t = PIB \text{ nominal (preços correntes)}_t / PIB \text{ real (preços constantes)}_t$  (Índice de Paasche)

O PIB nominal (preços correntes) é dado por  $\sum_i p_t^i \times q_t^i$ , onde: N = nº de bens e serviços finais,  $q_t^i$  = quantidade transacionada do bem ou serviço (i) no período (t) e  $p_t^i$  = preço do bem ou serviço final (i) no período (t). Representa o valor monetário total dos bens e serviços finais produzidos num país num dado ano, em que os valores são expressos em termos de preços de mercado de cada ano. O PIB real (preços constantes) é dado por  $\sum_i p_0^i \times q_t^i$  (calculado a partir dos preços de um determinado ano base), sendo  $p_0^i$  = preço do bem ou serviço final (i) no período base, isto é, retira-se a variação dos preços do PIB nominal.

A Tabela 2 apresenta os deflatores do PIB e do Consumo privado<sup>5</sup>, entre 2017 e 2020, que têm como referência a Base 2016 das Contas Nacionais (o ano base tomado como referência).

Por exemplo, a taxa de inflação, entre 2018 e 2019, calculada a partir do deflator do PIB será:

$$\text{Taxa de inflação (2019)} = \frac{\text{Deflator PIB (2019)} - \text{Deflator PIB (2018)}}{\text{Deflator PIB (2018)}} \times 100 = 1,7\%$$

<sup>3</sup> Preços correntes (nominal) - as quantidades transacionadas no ano t são valorizadas a preços desse mesmo ano, refletindo conjuntamente variações de preços e das quantidades transacionadas (INE, s.d.). Preços constantes - as quantidades transacionadas no ano t são valorizadas a preços de um ano base, refletindo apenas a variação das quantidades transacionadas, isto é, retira-se o efeito do crescimento dos preços.

<sup>4</sup> O PIB representa o resultado final da atividade económica das unidades institucionais residentes num determinado território, num dado período de tempo (tipicamente, um ano ou um trimestre) (INE, 2018).

<sup>5</sup> O Deflator do Consumo Privado, que segue a mesma metodologia de cálculo do Deflator do PIB, apenas inclui os preços dos bens e serviços, produzidos internamente ou importados, cuja despesa de aquisição é considerada consumo privado (exclui Gastos Públicos, Investimento e Exportações).

**Tabela 2.** Deflatores (base=2016) índice decimal

| Anos | PIB          | Consumo Privado |
|------|--------------|-----------------|
| 2017 | 1,015119     | 1,015676        |
| 2018 | 1,033523     | 1,031483        |
| 2019 | 1,051604     | 1,040191        |
| 2020 | Pro 1,072025 | Pro 1,047329    |
| 2021 | Pre 1,079816 | Pre 1,059871    |

**Fonte:** Pordata (INE - Contas Nacionais Anuais (Base 2016), Pro - valor provisório, Pre - valor preliminar)

Para algumas variáveis não existe deflator (índice de preços), mas é importante calcular o seu valor real (a preços constantes de um ano base), por exemplo para os salários. Quando se calcula o valor real dum agregado expresso em termos monetários, diz-se que se está a deflacionar esse agregado.

Sendo o salário médio nominal de um ano (t) dado por  $W_t^{(N)}$ , tem-se o salário médio real (a preços do ano base) dado por:  $W_t^{(R)} = W_t^{(N)} / IPC_t$ . Este salário real vem expresso em unidades monetárias (e.g. euros) do ano base (0).

Suponha-se os dados da Tabela 3, os valores da remuneração base média<sup>6</sup> referem-se ao montante que o empregado tem direito a receber todos os meses pelo horário normal de trabalho. Para se calcular os valores reais da remuneração dividiu-se a remuneração base

média pelo índice de preços (coluna 4 pela coluna 2).

Conforme referido por Neves (2001) a inflação é apenas outro tipo de imposto, um imposto oculto segundo Sousa e Gomes (2011: 256): “A inflação é um aumento generalizado dos preços. Se todos os preços aumentam de igual montante, então não há qualquer imposto oculto. Regra geral, há uma tendência para que os salários dos trabalhadores por conta de outrem aumentem menos que o valor da inflação, e aí estes trabalhadores veem o seu salário real reduzir-se, ou seja, perdem poder de compra face ao resto da população, tal como se incidisse sobre eles um novo imposto.”

### 3. Inflação em Portugal e na União Europeia

Segundo as estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2022b) para abril de 2022, a taxa de variação homóloga<sup>7</sup> do IPC terá aumentado para 7,2% (Figura 2), o valor mais elevado desde março de 1993. O indicador de inflação subjacente<sup>8</sup> terá registado uma variação de 5,0%, o valor mais alto desde setembro de 1995. Quanto aos produtos energéticos, a estimativa para taxa de variação homóloga situar-se-á em 26,7%, desde maio de 1985 que não se verificava um valor tão elevado.

**Tabela 3.** IPC, Remuneração (em euros) e variações nominais e reais

| Anos | IPC     | Taxa de inflação | Remuneração base média (em euros) | Variação nominal da remuneração | Remuneração real = (Salário nominal/IPC)x100 | Variação real da remuneração |
|------|---------|------------------|-----------------------------------|---------------------------------|--|------------------------------|
| 2017 | 102,477 |                  | 943,00                            |                                 | 920,21                                       |                              |
| 2018 | 103,496 | 1,0%             | 970,40                            | 2,9%                            | 937,62                                       | 1,9%                         |
| 2019 | 103,846 | 0,3%             | 1005,10                           | 3,6%                            | 967,88                                       | 3,1%                         |
| 2020 | 103,833 | 0,0%             | 1042,00                           | 3,7%                            | 1003,53                                      | 3,6%                         |
| 2021 | 105,147 | 1,3%             | nd                                | ---                             | ---  | ---                          |

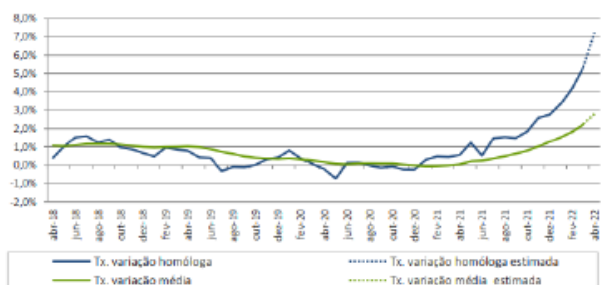
**Fonte:** INE e Pordata (nd - dados não disponíveis)

<sup>6</sup> Montante líquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros, pago com carácter regular e garantido ao trabalhador no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho (GEE/ME).

<sup>7</sup> Quociente do valor do último período (mês ou trimestre), pelo período idêntico do ano anterior (Sistema de Metainformação do INE, disponível em <https://smi.ine.pt/>).

<sup>8</sup> O indicador de inflação subjacente é obtido do índice total excluindo os preços dos produtos alimentares não transformados e dos produtos energéticos. Pretende-se com estas exclusões eliminar algumas das componentes mais expostas a “choques” temporários (INE, 2022b).

**Figura 2.** Índice de preços no consumidor (taxas de variação)



Fonte: INE (2022)

Na UE, a inflação dos preços no consumidor é medida pelo “Índice Harmonizado de Preços no Consumidor” (IHPC), com base num cabaz de compras. O termo “Harmonizado” significa que todos os Estados-Membros da UE seguem a mesma metodologia para o cálculo do índice e têm as mesmas categorias de bens e serviços (BCE, s.d.). O índice que abrange toda a UE garante a comparabilidade entre os diversos países. A figura seguinte mostra os níveis de preços ao longo do tempo para a área Euro e Portugal.

**Figura 3.** Inflação: Índice global (variação anual, em percentagem)



Fonte: Estatísticas oficiais do Eurostat

Em março de 2022, a taxa de inflação global na área do euro e em Portugal situou-se em 7,4% e 5,5%, respetivamente (Figura 4). Quando analisada a taxa nas doze categorias<sup>9</sup>, que compõem o IPCH, os seus valores são bem distintos, no caso de Portugal, os “transportes” registaram um valor de 10,9% (valor mais elevado) e o mais reduzido foi no “vestuário e calçado” (0,1%).

“As opiniões sobre a subida dos preços são

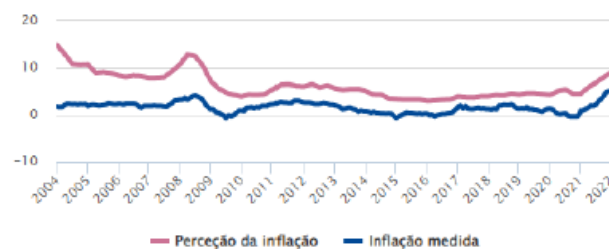
tão antigas como o próprio dinheiro” (BCE, s.d.). Se se analisar os valores da perceção da inflação face à inflação medida (Figura 5), facilmente se constata que a inflação medida é mais baixa que a perceção que as pessoas têm da inflação. Quando analisada por grupos demográficos, dados referentes a 2022-01, a perceção da inflação pelas mulheres é superior à dos homens, é maior na faixa etária entre os 16-29 anos, na população com o ensino básico e nas famílias com rendimentos baixos (25% mais baixos).

**Figura 4.** Taxa de inflação (variação anual, em percentagem, março de 2022)



Fonte: Estatísticas oficiais do Eurostat

**Figura 5.** Perceção da inflação face à inflação medida (variação anual, em percentagem)



Fonte: Estatísticas da área do euro

## 4. Causas, efeitos e medidas de combate à inflação

De um modo geral, sobre a inflação existem diversas teorias segundo a escola económica: uns referem que a inflação se deve ao aumento do consumo numa economia, tanto público

<sup>9</sup> A análise mais profunda relativa à taxa de inflação por país e por categoria de bens e serviços, pode ser consultada em <https://www.euro-area-statistics.org/digital-publication/statistics-insights-inflation/bloc-la.html?lang=pt>

como privado; outros defendem que se deve a um aumento do nível de salários que faz aumentar a procura com a consequente subida de preços; outros ainda, justificam a inflação pela escassez de algum bem necessário; finalmente, existem também os defensores da inflação causada pelo excesso de crescimento da oferta monetária. De qualquer forma, é raro que uma destas causas ocorra em separado, qualquer delas pode iniciar o processo e logo coexistirem todas juntas.

Tendo em conta o referido anteriormente, a inflação pode ter diversas causas (Carvalho, 2012; Samuelson & Nordhaus, 2005; Sousa, 1990; Sousa & Gomes, 2011), nomeadamente: Inflação pela procura – causada pelo aumento da procura agregada, por ex. impulsionada pelo aumento do poder de compra (mais crédito ao consumo ou um aumento dos salários superior ao aumento da produtividade);

Inflação pelos custos – causada por aumentos nos preços dos fatores de produção, por ex. salários ou matérias-primas, que levam a existência de maiores custos e, desta forma, ao aumento dos preços de venda.

A inflação não é grave, os seus custos podem ser suaves quando controlada, mas se não for previsível e estável, se registar valores muito elevados pode causar sérias perturbações, gerando ineficiências (Carvalho, 2012; Sousa & Gomes, 2011; Neves, 2001). A inflação afeta a economia no seu todo, mas nem todas as pessoas são afetadas com a mesma intensidade, o que causa problemas de justiça (Neves, 2001; Sousa, 1990).

A inflação elevada e volátil<sup>10</sup> provoca incerteza sobre o futuro dos preços e faz aumentar os riscos, reduz os rendimentos das pessoas e pode prejudicar o crescimento económico sustentável e a criação de emprego. Uma inflação elevada ou umas expectativas de inflação elevada podem fazer com que as empresas passem a evitar mais os riscos e tenham menos propensão para realizar investimentos a longo prazo.

A inflação dá origem à perda do poder de compra das pessoas, fazendo com que estas fiquem mais pobres. Por exemplo, se um consumidor pagar 1 euro por um pão hoje

e, no dia seguinte, o seu preço subir para 1,10 euros, comprará menos pão com 1 euro. Assim, o valor de 1 euro caiu e o consumidor registou uma descida no poder de compra em consequência da inflação do preço do pão. A principal função do Banco Central Europeu (BCE) é manter a estabilidade de preços (taxa de inflação de 2% a médio prazo) na área do euro. Sendo a política monetária um dos seus instrumentos para manter a estabilidade dos preços, nomeadamente através das taxas de juro. Deve-se evitar períodos longos de inflação excessiva (os preços não devem subir demasiado) ou deflação, ambas as situações têm efeitos negativos na economia. Os benefícios da estabilidade de preços ou, por outro lado, os custos associados à deflação ou à inflação, estão profundamente relacionados com a moeda e as suas funções (Gerdesmeier, 2011).

### Conclusão

Após a fase de crise criada pela pandemia, em que a economia beneficiou com a reabertura, a atual situação da agressão da Rússia contra a Ucrânia provocou e provocará impactos na economia, nomeadamente pela subida acentuada nos preços dos produtos energéticos e das matérias-primas (BCE, 2022).

O presente trabalho procurou clarificar os conceitos relacionados com a inflação e quais os índices mais utilizados para a sua mensuração, nomeadamente o IPC e o Deflator do PIB. Procurou-se apresentar estatísticas recentes para Portugal e para a área do Euro. No final, abordou-se sucintamente as suas causas e efeitos. Tendo em conta o período atual, pós pandemia e o conflito na Ucrânia, a inflação atingiu valores elevados e será expectável que permaneça elevada nos próximos tempos. Em abril de 2022, a taxa de variação do IPC atingiu 7,2%, desde 1993 que não se registava um valor tão elevado. Desde o conflito, a inflação subiu significativamente e permanecerá elevada nos próximos meses, devido ao aumento acentuado dos custos energéticos (BCE, 2022).

<sup>10</sup> Quando as taxas de inflação são voláteis, verifica-se uma variação rápida ao longo do tempo, para cima e para baixo, e a níveis relativamente grandes.

A evolução da inflação, em grande parte, dependerá do conflito, de como e quando terminará, o que gera uma incerteza quanto ao futuro mais próximo, pelo que o crescimento da economia não será tão “rápido” quanto o desejável.

## Referências

- Banco Central Europeu (BCE) (2022). Combined monetary policy decisions and statement. Comunicado do BCE de 14 de abril. Directorate General Communications, Global Media Relations Division.
- Carvalho, L. (2012). Microeconomia e Macroeconomia. Conceitos económicos fundamentais para a gestão das organizações. Edições Sílabo.
- Cunha, J. C. & Braz, C. (2003). Desinflação e política orçamental em Portugal: 1990-2002. Boletim Económico do Banco de Portugal.
- Dornbush, R.; Fischer, S. & Startz, R. (2009). Macroeconomia (10ª Edição). Ed. McGraw-Hill Portugal.
- Gerdesmeier, D. (2011). A estabilidade dos preços é importante porquê?. Banco Central Europeu
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (2018). Como se calcula o PIB. Departamento de Contas Nacionais.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (2022a). Índice de Preços no Consumidor Estimativa Rápida - dezembro de 2021. Informação à comunicação social de 12 janeiro. Serviço de Comunicação e Imagem.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (2022b). Índice de Preços no Consumidor Estimativa Rápida - abril de 2022. Informação à comunicação social de 29 de abril. Serviço de Comunicação e Imagem.
- Neves, J. C. (2001). Princípios de Economia Política, (2ª Edição). Editorial Verbo
- Samuelson, P. A. & Nordhaus, W. D. (2005). Economia (18ª Edição). Ed. McGraw-Hill Portugal.
- Sousa, Alfredo de (1990), Análise Económica (3ª Edição). Universidade Nova de Lisboa.
- Sousa, M. & Gomes, O. (2011). Análise Económica - Conceitos e Exercícios Resolvidos (2ª Edição). Edições Sílabo.
- Webgrafia:
- BPstat - Banco de Portugal: <https://bpstat.bportugal.pt/>
- Banco Central Europeu (BCE): <https://www.ecb.europa.eu/home/html/index.en.html>
- Estatísticas da área euro: <https://www.euro-area-statistics.org/>
- Eurostat: <https://ec.europa.eu/eurostat/>
- Instituto Nacional de Estatística (INE): <http://www.ine.pt>
- Pordata: <https://www.pordata.pt/Home>
- Sistema de Metainformação do INE: <https://smi.ine.pt/>